

Cursos de Economia e de Administração e Gestão de Empresas

DIREITO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

1ª frequência

22/10/2012

Nome: _____

Número: _____

Folha de exame para entregar

I

Escolha apenas uma das afirmações relativas a cada uma das questões abaixo enunciadas, desenhando um círculo sobre a letra que assinala a (única) resposta que considera correcta.

Atenção: Por cada resposta assinalada errada será deduzida à cotação global do teste 0,5 valor, pelo que em caso de dúvida é preferível não responder, uma vez que se não assinalar qualquer resposta não sofre dedução.

Nas questões 5 e 6, justifique as suas respostas (respeitando o espaço disponível para o efeito), indicando, se possível, as disposições legais aplicáveis. As respostas certas não fundamentadas são cotadas com 1,0 valor.

1. Qual é o caminho percorrido por uma iniciativa legislativa da Assembleia da República?

- A. Proposta de lei – Discussão – Promulgação – Publicação – Vacatio Legis – Entrada em vigor;
- B. Projecto-lei – Discussão – Promulgação – Publicação – Vacatio Legis – Entrada em vigor;
- C. Proposta de lei – Discussão – Publicação – Vacatio Legis – Entrada em vigor;
- D. Projecto-lei – Discussão – Publicação – Vacatio Legis – Entrada em vigor.

2. Carlos, Diogo e Eduardo constituíram uma sociedade por quotas com a firma “Os quatro estarolas, Lda”. O contrato de sociedade é:

- A. Um facto jurídico;
- B. Um negócio jurídico unilateral;
- C. Um negócio jurídico plurilateral;
- D. Inválido, porque a firma não é admissível.

3. As práticas restritivas da concorrência são reguladas:

- A. (Apenas) Pelo DL 370/93, de 29 de outubro;
- B. Pela Autoridade da Concorrência;
- C. (Apenas) Pela Lei 19/2012, de 8 de maio;
- D. Pelo DL 370/93, de 29 de outubro, pela Lei 19/2012, de 8 de maio, e pelo Tratado do Funcionamento da União Europeia.

4. O Banco do Douro aprovou internamente uma nova campanha publicitária que adota o seguinte slogan: “O seu melhor banco privado; na verdade, o único banco em que pode confiar!”

O Banco Estatal vem alegar que a referida publicidade comparativa é discriminatória e atenta contra o seu bom nome, enquanto principal banco estatal. Para saber se o Banco Estatal tem razão, **devemos analisar**, para além do regime jurídico da publicidade:

- A. O Direito das Sociedades Comerciais;
- B. O Direito da Concorrência;
- C. O Direito da Propriedade Industrial;
- D. O Direito Bancário.

.../...

5. Classifique a seguinte norma jurídica: «Salvo acordo em sentido diverso, os custos com a formalização do contrato correm por conta do adquirente».

- A. É uma norma imperativa;
- B. É uma norma supletiva;
- C. É uma norma dispositiva permissiva;
- D. É uma norma interpretativa.

6. No âmbito da Nova Lei das Rendas aprovada, o Governo altera de forma significativa a posição do inquilino. Dona Guilhermina, arrendatária, com 83 anos, alega que o novo diploma não pode ser-lhe aplicado porque celebrou o contrato ao abrigo da lei anterior. **Diga se o diploma:**

- A. Não é retroativo, nem inconstitucional;
- B. É retroativo, mas não é inconstitucional;
- C. É inconstitucional, mas não é retroativo;
- D. É retroativo e inconstitucional.

Cotação das diversas questões:

Grupo I: 1 a 4: 1,0 valor cada (total de 4,0 v.). 5 e 6: 2,0 valores cada (total de 4,0 v.). **Grupo II:** 12,0 valores.

Observações finais:

1. Faça uma **letra legível** e não exceda o **espaço disponível** (para evitar penalização), entregando esta folha, no máximo **45mn** após o início do teste, para receber a segunda parte do teste.

Caso se engane a colocar o círculo, ponha uma cruz por cima do círculo e faça um novo círculo, indicando à margem, se necessário, qual a sua opção final.

Duração total: 120 mn.

2. Pode utilizar legislação (não anotada), recorrendo a *tablet* sem ligação à Internet e sem ficheiros com matéria.

3. Durante a resposta a estes grupos não se pode ausentar da sala.

4. O telemóvel deve permanecer desligado.

Cursos de Economia e de Administração e Gestão de Empresas

DIREITO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

1ª frequência

22/10/2012

II

Américo, regressando a casa a altas horas da madrugada depara com Belmira, sua vizinha, a ser assaltada por dois desconhecidos, que se viria a apurar serem Cristiano e Domingos.

Como bom samaritano que é, Américo intervém para salvar Belmira, conseguindo neutralizar Cristiano, após curta refrega, mas não evitando que Domingos se pusesse em fuga com a carteira e o relógio de Belmira. Domingos só seria detido dois dias mais tarde e seria imediatamente presente ao juiz de instrução criminal.

1. Qualifique, juridicamente, a intervenção de Américo e refira, nomeadamente, se a mesma é conforme ao Direito.
2. Dado que Domingos teve tempo para alienar o relógio e gastar os cerca de 120 euros que se encontravam na carteira de Belmira, refira em que espécies de sanções é que Domingos incorre. Fundamente.
3. Identifique, justificando, os ramos do Direito envolvidos na hipótese descrita e caracterize-os.
4. Admita que, após a ocorrência da situação em causa, a lei foi alterada por duas vezes, tendo a pena máxima aplicável ao roubo (que ao tempo do assalto era de 6 anos de prisão) sido primeiramente reduzida, por efeito de um Decreto-Lei, para 3 anos de prisão, e ulteriormente fixada por uma Lei da Assembleia da República em 4 anos de prisão.

Pondere as seguintes duas situações:

- a) Cristiano ainda não foi julgado;
- b) Cristiano foi condenado na pena de 5 anos de prisão.

Em ambos os casos, Cristiano considera que não poderá ser obrigado a cumprir mais do que três anos de pena. Terá razão?

Cotação das diversas questões:

Grupo I, n.ºs 1 a 4: 1 valor cada (total de 4,0 v.) / n.ºs 5 e 6: 2 valores cada (total de 4,0 v.).

Grupo II: 12 valores (1: 2,5 v; 2: 3,0v; 3: 2,5 v; 4: 4,0v).

Observações finais:

1. Antes de iniciar as suas respostas (que deve fundamentar, citando as disposições legais aplicáveis, se as conhecer, sem as transcrever), leia com atenção o enunciado do teste.
2. Justifique as respostas, colocando as hipóteses que entender (em especial, na questão 4 do grupo II).
3. Indique a turma a que pertence.

.../...

4. Faça uma letra legível.
5. Pode utilizar legislação (não anotada), recorrendo a *tablet* sem ligação à Internet e sem ficheiros com matéria.
6. Durante o teste não se poderá ausentar da sala. Se o fizer, por motivo de força maior e mediante autorização pontual, o facto deverá ser averbado na folha de exame, bem como a duração da ausência.
7. Duração (prevista) para o **Grupo II: 75 minutos**.
Duração total do teste: **2h (120 minutos**, isto é 0:45+0:75).
8. O telemóvel deve permanecer desligado.

Atenção: Os tópicos de resolução aqui presentes não constituem uma resposta completa, exaustiva e única às questões colocadas na frequência, mas apenas linhas gerais a seguir numa resposta às mesmas.

Grupo I

1 – B (*Projecto-lei – Discussão – Promulgação – Publicação – Vacatio Legis – Entrada em Vigor*)

2 – C (*Um negócio jurídico plurilateral*)

3 – D (*pelas leis e pelo tratado*)

4 – C (*O Direito da Propriedade Industrial*)

5 – B (*norma supletiva*)

6 – A (*não é retroactivo, nem inconstitucional*). **ATENÇÃO:** Não considere a hipótese B como uma opção na sua resposta.

Atenção: nas perguntas 5 e 6 o conteúdo da justificação é valorizado independentemente da opção escolhida, i.e., poderá ter lugar a valorização da justificação, mesmo com a opção assinalada errada. Exemplo: erros, mas decidimos dar 0.7 de 1 valor pela justificação. Neste caso a pergunta terá a cotação final de $-0.5+0.7=0.2$ valores.

Atenção: A cotação negativa no primeiro grupo não transita para o segundo. Exemplo: se em resultado do primeiro grupo o aluno ficou com -0.5 valores, a sua nota de frequência será igual à cotação do segundo grupo da frequência.

Grupo II

Tópicos de resolução e as cotações

1. Considerando que o assalto se encontrava em curso, a intervenção do António pode ser qualificada como legítima defesa; Art. 337º CC.
Só seria qualificado como sendo acção directa (Art. 336.º CC) se a intervenção do António se desse após o assalto estar consumado.
Uma vez que o prejuízo causado pelo acto de refrega não parece ser manifestamente superior ao que podia resultar da agressão, o comportamento do António, que é considerado o recurso à autotutela, é considerado conforme ao Direito.
Resta acrescentar que a autotutela constitui uma forma da justiça privada que é subsidiária e aplicável em casos específicos, sendo os elementos referidos supra exemplos da mesma. A solução corrente passa pela heterotutela de Direito, que é assegurada pelo Estado.

2. **Sanção punitiva**, que reveste a forma de detenção e possíveis penas de prisão e/ou multa após o julgamento.

Sanção reconstitutiva, caso seja possível restituir o relógio que fora vendido ou entregar um que seja equivalente ao mesmo. O mais provável, contudo, é a aplicação do artigo 566º do CC, ao abrigo do qual o assaltante terá que restituir uma quantia em dinheiro, revestindo neste caso a sanção o carácter de **sanção compensatória**.
Idem para a carteira.

A restituição dos 120 euros revestirá a forma de uma **sanção reconstitutiva**, uma vez que a simples restituição do dinheiro irá, *per si*, promover a reposição das coisas na situação anterior à violação da norma. Neste caso, com a simples entrega do dinheiro, é possível proceder à reconstituição exata da situação preexistente à violação das normas.

Atenção: a referência à carteira não é obrigatória na resposta.

3. Ramo Direito Público: Sub-ramos Direito Penal (ou criminal) – definição de crimes e penas aplicáveis neste caso; Direito Processual – instrução do processo.

Ramo Direito Privado, que corresponde ao Direito Civil: Sub-ramo Direito das Obrigações (no que toca a responsabilidade pelos factos ilícitos ocorridos (Artigo 483.º CC).

Os exemplos das classificações dos ramos de Direito em causa encontram-se nos apontamentos do professor Paulo Olavo Cunha.

4. **A)** Ainda não foi julgado – Se, entre o momento da prática do facto declarado punível como crime e o momento do trânsito em julgado da decisão condenatória, ocorrer uma sucessão de leis no tempo, deve ser aplicada a mais favorável ao arguido, pelo que o Cristiano não poderá ser obrigado a cumprir mais do que 3 anos (Art. 29.º nº 4 da CRP). Ressalva importante: Esta redução só é válida se fôr feita ao abrigo de uma autorização legislativa concedida pela AR ao Governo, uma vez que a definição dos crimes e penas cai na reserva relativa de competência legislativa (a conjugação de Art.º 165.º nº1 al. c) com o Art. 198.º al. b), ambos da CRP).

B) Foi condenado na pena de 5 anos de prisão: Como o momento do trânsito em julgado já ocorreu, as alterações posteriores ao trânsito em julgado (a redução primeiramente para 3 e a fixação posterior da pena máxima em 4 anos de prisão) não têm efeito em sede da definição da pena. O Cristiano poderá ser condenado a cumprir mais do que 3 anos da pena o que foi, aliás, aquilo que aconteceu.